O PAPEL DO PROFESSOR ITINERANTE NA DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL DE DEFICIENTES FÍSICOS

JULIANA CARDOSO ADRIASSA

RESUMO
Buscando-se conhecer o papel do professor itinerante na educação para a diversidade discorreu-se sobre a inclusão de alunos deficientes na rede regular de ensino. Questiona-se como são as adequações necessárias da escola para integrar e acolher pessoas com deficiências? Objetivou-se apresentar as fundamentações legais quanto ao trabalho com alunos deficientes, apresentando a afetividade como meio pedagógico de socialização. Por meio da revisão bibliográfica podemos dizer que a escola pública desempenha um papel ambíguo frente à diversidade na qual de um lado, abriu as portas aos alunos com necessidades especiais; de outro não se preparou para isso quando deveria ter se preparado.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Inclusão. Itinerante. Afetividade.

ABSTRACT
Seeking to understand the role of the itinerant teacher in education for diversity, the inclusion of disabled students in the regular education network was discussed. The question arises as to what adjustments the school needs to integrate and accommodate people with disabilities? The objective was to present the legal foundations regarding work with disabled students, presenting affection as a pedagogical means of socialization. Through the bibliographical review we can say that public schools play an ambiguous role in the face of diversity in which, on the one hand, they open their doors to students with special needs; on the other hand, he didn't prepare for this when he should have prepared.

KEYWORDS: Special Education. Inclusion. Itinerant. Affectivity.

INTRODUÇÃO

Buscando-se conhecer o papel do professor na educação especial discorreu-se sobre a educação para a diversidade sintetizando a inclusão de alunos deficientes na rede regular de ensino que é garantida pela lei de diretrizes e bases 9394/96 que coloca como alternativa preferencial, ampliação ao atendimento dos alunos com deficiência na própria rede pública de ensino.

Questiona-se como são as adequações necessárias da escola para integrar e acolher pessoas com deficiências? Essas pessoas têm direito e deveres na participação e contribuição social?

Objetivou-se apresentar as fundamentações legais quanto ao trabalho com alunos deficientes, apresentando a afetividade como meio pedagógico de socialização, pois ainda persiste para algumas pessoas a ideia de que deficientes são limitados e ou incapazes a realizarem toda e qualquer tarefa, quando na verdade é sabido que a deficiência pode limitar a realização de apenas algumas atividades.

O papel do professor na educação especial se justifica pela necessidade em se discutir a importância do processo inclusivo no contexto escolar centrada em seus objetivos e organização, considerando as diretrizes para a educação especial e, as recomendações de organizacionais para essa modalidade de ensino.

Utilizando-se como metodologia a revisão bibliográfica em livros, artigos e internet, pode-se dizer que a escola pública desempenha um papel ambíguo frente à diversidade na qual de um lado, abriu as portas aos alunos com necessidades especiais; de outro não se preparou para isso quando deveria ter se preparado.

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS DURANTE O TRABALHO INCLUSIVO

Entende-se a Educação Inclusiva como sendo uma prática pedagógica capacitada em educar com sucesso todos os alunos, mesmo aqueles comprometidos com deficiências intelectuais nas mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais acessíveis às outras pessoas, respeitando-se as características específicas de cada um.

Inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequenos e grandes nos ambientes físicos” como os

espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meio de transportes, nos procedimentos técnicos e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também no próprio portador de necessidade especial (SASSAKI, 2010, p. 42).

Pode-se dizer então que a educação inclusiva dar-se-á por meio de mecanismos que atenderão as diversidades, por exemplo, propostas curriculares adaptadas, a partir daquelas adotadas pela educação comum.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e aos gozos e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração das crianças e dos jovens com necessidades educativas é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (UNESCO, 1994, p. 43).

Acredita-se que uma das causas que leva a pensar-se em inclusão de deficientes é o fato de serem atendidos em escolas especiais que atendiam exclusivamente alunos com necessidades educativas especiais; este atendimento sofreu severas críticas, pelo fato de reduzir ou eliminar a oportunidade de convívio do aluno com deficiência com sua família, vizinhança e até mesmo com a sociedade.
Ao se falar em inclusão, é necessário escutar as crianças com deficiências, buscar respostas e saber lidar com a incerteza, os problemas são essenciais para a vida, e não há respostas prontas, a aprendizagem é uma construção que se dá no dia a dia. Conforme a Unesco (1994) o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter.

As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, usam de recursos e parceiras com a comunidade. Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (UNESCO, 1994, p. 61).

Observa-se que o sistema educacional, por meio da educação especial deve oferecer modalidades diferenciadas de atendimento aos deficientes físicos. Dentre elas classes especiais para que os alunos recebem instrução em classes separadas, mas participam com as demais crianças de classes regulares em atividades diversas.
A inclusão, nas escolas, por mais contestada que ainda seja pelo caráter ameaçador de mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível, e convencem todos pela sua lógica e ética de posicionamento social. Há, no entanto, uma diferença entre integração e inclusão, sendo que a integração é um processo bilateral que pressupõe a participação e a ação partilhada ao mesmo tempo dividida e somada.
A integração impõe ao aluno deficiente obrigação em acompanhar e dominar o conteúdo didático; enquanto a Inclusão denomina a escola correspondência à realidade do aluno, igualando a todos e considerando o talento de cada um, fazendo com que sintam prazer e vontade de aprender.
Para que a escola se torne inclusiva, necessita-se apenas do desejo em fazê-la assim, embora hoje, muitos professores e outros profissionais da educação acreditam que o aluno com deficiência intelectual tem pouca ou nenhuma possibilidade de se integrar. Dessa forma entende-se inclusão como um processo permanente e contínuo e com isso pode-se inclusive apontar alguns aspectos positivos e favorecedores a maneira de como tornar a escola inclusiva.

Necessidades especiais decorrem de oportunidades, existentes ou não, assim como de instrumentos e medições que possam ser apropriados por pessoas deficientes em suas relações sociais não resultando unicamente das deficiências biológicas que possam apresentar. “Podemos ser deficientes sem nos sentirmos ou sermos vistos assim, se favorá-

veis forem às condições sociais" (ROSS, 2004, p. 204).

Por outro lado, Mazzota (2015, p. 11) define educação especial como sendo "uma modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns", de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens.

O plano nacional de educação especial entende a educação especial como um processo de promoção ao desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiências, condutas típicas e altas habilidades, nos diferentes níveis do sistema educacional de ensino, que se fundamenta em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas do aluno (BRASIL, 1994, p. 17).

Acredita-se que tal processo deva ser integral, fluindo desde a estimulação essencial aos graus superiores de ensino sob o enfoque sistêmico, a educação especial integral o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos.
Segundo Scotti (1999, p. 20), "a educação deve ser, por princípio liberal, democrática e não doutrinária. Dentro desta concepção o educando é, acima de tudo, digno de respeito e do direito à educação de melhor qualidade".
Concordando-se com o pensamento acima supracitado Mantoan (2006, p. 14) por meio de sua concepção construtivista diz que "o conhecimento é fruto da construção pessoal do aluno, mediada pelo professor e outros agentes culturais presentes no contexto do aluno e os conteúdos são produtos sociais e culturais".
A principal preocupação da educação, dessa forma, deve ser o desenvolvimento integral do homem e a sua preparação para uma vida produtiva na sociedade, fundada no equilíbrio entre os interesses individuais e as regras de vida nos grupos sociais.

A noção de deficiência é, pois, uma questão contingencial e decorre de normas e expectativas da sociedade. É uma situação que surge como produtos da interação daqueles que apresentam determinados atributos com o meio social, que interpreta e consideram tais aspectos como desvantagens (FERREIRA e GUIMARÃES, 2013, p. 32).

A educação especial obedece aos mesmos princípios da educação geral, deve se iniciar quando se identifique atraso ou alterações no desenvolvimento global da criança e continuar ao longo de sua vida, valorizando suas potencialidades e proporcionando-lhe meios para desenvolvê-las.
Conforme a lei de diretrizes e bases da educação (BRASIL, 1996) a educação especial, sintonizada com as novas tendências mundiais sobre a atenção às necessidades especiais, passa a ser oferecida as pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino.
Durante muito tempo, a integração escolar vinha sendo estimulada, mas na realidade constituía uma exceção.
Não existe prática pedagógica inclusiva a ser dada, devemos analisar quem está excluindo e de que maneira isso acontece, para então, decidirmos o que fazer.
Refletindo acerca do dia a dia da escola, podem-se destacar algumas questões como:
Relacionamento: Agressividade entre os alunos, às vezes com o professor; Falta de envolvimento da família; pouco material pedagógico;
Classes socioeconômicas: ocasionando barreiras as aprendizagens;
Compreensão geral do aluno: Dificuldades de aprendizagem em diversas áreas;
Dificuldades Observação de caráter pessoal-profissional: Falta de condições de trabalho; Salários indignos a profissão.
Dessa forma a postura pedagógica dos professores passa por um processo de reconstrução, orientada em conjunto com o corpo docente, num percurso que envolve desde a sala de aula, passando pela administração escolar, até a secretaria da educação, dependente do desenvolvimento da capacidade interna da escola como um todo.
Para que a escola se transforme num local de produção cultural e transformação social, ela não deve se restringir enquanto influência e interferência no universo do aluno. Uma mudança importante e fundamental para os

professores trabalharem com crianças com necessidades especiais seria a possibilidade de pensar numa escola inclusiva, criando espaços adequados, com especialistas de apoio e um trabalho contínuo com as famílias e comunidade.
Ao referirmo-nos à palavra inclusão dicionários apresentam um simples significado, uma colocação, no entanto quando tratamos do conceito de inclusão em educação o sentido torna-se mais complexo e amplo, pois a educação inclusiva sugere um trabalho onde a prática pedagógica deve propor atividades ligadas às diferenças, as particularidades e as individualidades, estando assim relacionadas com os valores, com a ética e a cidadania.
Sabe-se que esses valores estão em crise e que inúmeras tentativas já foram feitas para superá-las e melhorar a qualidade de ensino. Embora o esforço não tenha sido em vão, temos de reconhecer que não apresentou os resultados esperados, porquanto a crise se revelou muito mais profunda do que se esperava, mostrando que o processo educativo sempre se encarregou de difundir os valores nos quais se estrutura a sociedade em que está inserido.
A inclusão na escola regular por si só, não resolverá a questão da deficiência intelectual da criança, visto ser um problema real, clínico e objetivo, ele será amenizado na medida em que a sociedade se preparar para receber essa criança, porque, não podemos ser ingênuos a ponto de acreditar que apenas uma lei resolverá a questão.
Para tanto, a proposta de sociedade inclusiva contém, implícita, a ideia de mobilização dos diversos segmentos sociais na busca do bem-estar de todos. São necessárias transformações intrínsecas, quebrando-se as barreiras cristalizadas em torno dos grupos estigmatizados e excluídos, tornando-se sujeitos de sua própria história. Sob essa perspectiva deve estar à ideia de valorização da diversidade.

O papel da educação será de fundamental importância, na medida em que for ressaltado e efetivado o compromisso da escola com todos, entre todos e para todos. A escola para todos precisa mudar seu olhar e se basear numa filosofia "aceitando a diversidade como eixo diferencial humano, o que implica no próprio posicionamento sobre conceito de educação" (SANCHEZ, 1993 apud LIMA, 1997, p. 71).

Não devemos nos esquecer que lutamos pelo direito de todo cidadão ter acesso a uma escola de qualidade, ao mesmo tempo em que muitos ainda não desfrutam do direito básico ao alimento diário e de condições dignas de vida.

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE

A questão de como praticar a inclusão é uma das perguntas que mais levantam debates na proposta que orienta a educação inclusiva.
Nosso papel como formadores de cidadãos é importantíssimo, ao mesmo tempo em que também sejamos cidadãos, nem sempre somos respeitados como tal; de forma que muitas vezes somos impedidos de exercer nossos direitos, nossos deveres de cidadania e assim servir de exemplo àqueles que formamos, por falta de condições básicas.
O papel do professor no processo inclusivo é o de decidir. Decidir não apenas por conteúdos de linguagens e códigos ou ciências exatas e da natureza, mas, pela sociedade, pois está necessita de cidadãos críticos, conscientes e produtivos.
Sassaki (2010) explica que inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade.
Para Mantoan (2011) nas habilidades das inúmeras especializações que se criam nos cursos de pós-graduação, na formação continuada oferecida pelas redes de ensino como "cursos preparatórios para a inclusão", no acervo de clínicas e instituições que atendem a alunos e pessoas com deficiência.
Reforça ainda Mantoan (2011) tratar-se da velha e conhecida formação que é necessária para manter a ideia de que a escola-clínica é quem resolve os problemas das deficiências e, em consequência, da inclusão escolar.
Conforme Mantoan (2011) a formação tradicional em educação especial não se destina a profissionais que terão o compromisso de incluir os excluídos da escola. Porque continua a dividir, a separar, a fragmentar o que a escola deve unir fundir, para se fortalecer e tornar justa e democrática, cônscia de seus deveres e dos preceitos constitucionais, que garantem a todos os cidadãos brasileiros uma

escola sem preconceitos, que não discrimina sob qualquer pretexto – Art. 3º parágrafo IV do Título I da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).
Mazzota (2015) caracteriza a educação especial como uma modalidade de ensino que oferece serviços e recursos especiais entre outros. Na perspectiva da educação aberta às diferenças e do ensino inclusivo a formação dos professores não acontece pelos mesmos caminhos; ela é construída no interior das escolas, à medida que os problemas de aprendizagem dos alunos com e sem deficiência aparecem e considerando-se concomitantemente o ensino ministrado, suas deficiências, inadequações, conservadorismo.
Uma nova formação, que busca aprimorar o que o professor já aprendeu em sua formação inicial, levando-o a refletir sobre as áreas do conhecimento, as tendências da sociedade contemporânea, ora fazendo-o provar de tudo isso, ao aprender a trabalhar com as tecnologias da educação, com o bilinguismo nas salas de aula para ouvintes e surdos. (MAZZOTA, 2015).
Tudo isso num processo de trabalho necessário para que a escola acolha a todos os alunos, sem preconceitos e consciente de seus compromissos como formadora e não apenas instrutora de novas gerações transmissora de saber, o que é ultrapassado atualmente.
Devemos recuperar, urgentemente, a confiança que os professores do ensino regular perderam no saber ensinar, pois, todos os alunos, sem exceção entendem haver alunos que aprendem diferente.

Se a educação especial se protege, ao se mostrar temerosa por uma mudança radical da escola, a educação regular se omite totalmente, passando pela questão mais rapidamente, mas protegendo-se da mesma forma de toda e qualquer transformação de seu trabalho nas escolas, alegando falta de preparo dos professores e de condições funcionais para atender a todas as crianças, inclusive as que têm deficiências. (FRANÇA, 2021, P. 337).

Ross (2004) aponta as necessidades especiais decorrentes de oportunidades, existentes ou não.
O movimento inclusivo, nas escolas, mesmo ainda muito contestado, por seu caráter ameaçador as mudanças, excepcionalmente no meio educacional, são irreversível e convencem a todos pela sua logística ética de posicionamento social.
Uma modalidade de ensino única reduz as chances de se encaminhar os problemas e as dificuldades para ensinar algumas crianças, com ou sem deficiências, em ambientes à parte e remete os problemas de ensino às escolas, aos professores, à estrutura e ao funcionamento geral dos sistemas. (MARQUES, 2020).
Essa situação desafiadora faz com que se ultrapassem os limites pedagógicos e administrativos da escola, na direção da inclusão.
O desafio da inclusão está desestabilizando as cabeças dos que sempre defenderam a seleção, a fragmentação do ensino em modalidades, as especializações e especialistas, o poder das avaliações, da visão clínica do ensino e da aprendizagem. (MANTOAN, 2011).
E como não há bem que sempre dure, estão sendo difícil manter resguardados e imunes às mudanças todos os que colocam nos alunos a incapacidade de aprender.
Existe uma diferença entre integração e inclusão que pode ser explicada da seguinte forma: Integração vem impor o aluno deficiente a obrigação de acompanhar e dominar o conteúdo didático, já a Inclusão preconiza que, a escola corresponde à realidade, dê conta todos os alunos considerando o talento de cada um, fazendo com que tenha prazer e vontade de aprender, e para que as escolas se tornem inclusiva, é preciso apenas ter o desejo de fazê-la assim.
Pode-se dizer que inclusão é um processo permanente e contínuo, não é possível admitir que para as escolas em questão já esteja finalizando. Porém é possível apontar que os aspectos fundamentam uma construção positiva para a inclusão, ou seja, trabalhar com inclusão requerer:
Maturidade do profissional em busca de um trabalho efetivo, de uma vivência para a construção do conhecimento; Capacidade de desenvolver recursos próprios para lidar com a frustração de estar limitando às possibilidades; Conhecer o aluno para educá-lo; Conhecer como aprende para ensiná-lo; Saber quais aprendizagens está construído neste sujeito; Saber quais marcas está definindo suas escolhidas; Estar disposto a vincular-se ao sujeito;

Ter disponibilidade para a aceitação do outro em sua maneira de ser; Ter flexibilidade para avaliar sua própria trajetória como educador e mudá-la; se necessário for.
Com o exposto até aqui, firma-se que não bastam objetivos e justificativos cidadãos; é preciso, mesmo nos limites de uma prática social, buscar por uma educação que se faça especial.

A E IMPORTÂNCIA DA AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PEDAGOGIA INCLUSIVA
A afetividade é um componente básico do conhecimento nas palavras de Morin (2020) estando intimamente ligado ao sensorial e ao intuitivo manifestando-se em clima de acolhimento, empatia, gosto, ternura, e compreensão para consigo mesmo e para com os outros como objeto do conhecimento.

O homem da racionalidade é também o da afetividade, do mito e do delírio. O homem do trabalho é também o do jogo. O empírico é também o imaginário; o da economia é também o do consumismo; o prosaico é também da poesia, do fervor, da participação, do amor, do êxtase (MORIN, 2020, p. 52).

A dimensão afetiva no campo da educação, vislumbra a possibilidade de reflexão sob duas perspectivas diferentes, interrelacionadas e complementares: a do desejo, aqui entendida em sua dimensão motivacional, de interesse; e dos sentimentos, além de afetos como objetos de conhecimento.

A pratica a pedagogia da inclusão não se faz somente com os que ficam fora da escola. Dentro da escola muitos alunos são excluídos pelos professores e colegas. São excluídos quando nunca falamos deles, quando não os valorizamos, quando os ignoramos continuamente (MORIN, 2020, p. 52).

Defende-se a ideia de que tais conteúdos relacionados à vida pessoal e à vida privada das pessoas podem ser introduzidos no trabalho educativo, perpassando os conteúdos de matemática, de língua, de ciências, etc. Assim, o princípio proposto é de que tais conteúdos sejam trabalhados na forma de projetos que incorporem de maneira transversal e interdisciplinar os conteúdos tradicionais da escola e aqueles relacionados à dimensão afetiva.
Para justificar tais princípios utilizou-se a ideia de Moreno (2003, p. 29) dizendo que “os suicídios, os crimes e agressões não têm como causa a ignorância das matérias curriculares, mas estão frequentemente associados a uma incapacidade de resolver os problemas interpessoais e sociais de uma maneira inteligente”.
Moreno (2003) nos leva a refletir sobre o fato de que os conteúdos curriculares tradicionais servem mesmo que não somente, para "passar de ano", ingressar na universidade, mas parecem não nos auxiliar a enfrentar os males de nossa sociedade ou os conflitos de natureza ética que vivenciamos no cotidiano.

O conflito é entendido como algo desnecessário, que viola as normas sociais e que, portanto, deve ser evitado. No entanto, afirmam que "o que determina que os conflitos sejam destrutivos ou construtivos não é sua existência, mas sim a forma como são tratados". As escolas que desprezam os conflitos os tratam de forma destrutiva e aquelas que os valorizam os tratam de forma construtiva (JOHNSON & JOHNSON, 2004, p. 62).

Concordando-se com Johnson & Johnson (2004) acredita-se que uma escola de qualidade deve transformar os conflitos do cotidiano em instrumentos valiosos na construção de um espaço autônomo de reflexão e ação, que permita aos alunos enfrentarem, autonomamente, a ampla e variada gama de conflitos pessoais e sociais.
Nesta perspectiva, considera-se, por um lado, que os sentimentos, as emoções e os valores devem ser encarados como objetos de conhecimento, posto que tomar consciência, expressar e controlar os próprios sentimentos talvez seja um dos aspectos mais difíceis na resolução de conflitos. Por outro lado, a educação da afetividade pode levar as pessoas a se conhecerem e a compreenderem melhor suas próprias emoções e das pessoas com quem interagem no dia-a-dia.

DISCUSSÕES E RESULTADOS
Com a realização dessa pesquisa pode-se melhor compreender o que se pensa sobre educação especial e as questões de inclusão e cidadania na atualidade, além da visão que

a sociedade num todo possui sobre ela, visto que ainda é tratada numa linha mais exclusiva que inclusiva. Historicamente a ideia era a de extermínio, de segregação e a luta na atualidade é pela inclusão. O diferente não pode mais continuar sendo deixado à margem da sociedade.

Ao referimo-nos à palavra inclusão dicionários apresentam um simples significado, uma colocação, no entanto quando tratamos do conceito de inclusão em educação o sentido torna-se mais complexo e amplo, pois a educação inclusiva sugere um trabalho onde a prática pedagógica deve propor atividades ligadas às diferenças, as particularidades e as individualidades, estando assim relacionadas com os valores, com a ética e a cidadania.

Na realidade seus valores são bem outros nos quais o progresso material é mais importante que o desenvolvimento cultural e espiritual, em outras palavras, acima do homem está o dinheiro; mais vale ter do que ser, o que significa que somos medidos, avaliados, e julgados pelo que temos, e não pelo que realmente somos. Nossa sociedade camufla seus reais valores atrás da banheira do humanismo, e este choque gera a crise que atinge a escola, sendo antes de tudo de caráter filosófico, pois o que está em crise é a própria concepção de homem, de mundo e de vida.

Numa época de tantos valores antagônicos, se a solução não puder ser global, que seja individual e inclusiva, onde cada educador em sua sala de aula possa formar indivíduos sadios, tanto fisicamente quanto psicologicamente, de acordo com as condições do deficiente físico.

Espera-se que cada educador tenha a consciência em formar indivíduos que estejam em harmonia consigo próprio e com a natureza, que demonstrem equilíbrio interior, ponderação, respeito com próximo, que sejam cidadãos participantes dentro das suas capacidades cognitivas e físicas, conhecedores e conscientes de seus direitos e deveres.

Acredita-se que a inclusão demanda um trabalho coletivo realizado entre a família, escola, comunidade e os profissionais da área de educação e saúde, visando à educação como um processo único e para bem comum, a ser desenvolvido com competência e qualidade. Essa qualidade só será possível à medida que resgatarmos a consciência crítica e filosófica, com o desenvolvimento de projetos e do diálogo, valorizando a ética e a cidadania, capacitando o educador, mostrando a sua importância diante desse processo.

Acreditar nesses princípios é fazer do ambiente escolar um local de troca de experiências, respeitarem as individualidades e as diferenças, abandonar as discriminações e os preconceitos, promover a solidariedade e dizer não a violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora estejamos em uma sociedade moderna, o pensamento de nossa sociedade pertence ainda a épocas já extintas pela evolução dos tempos. Em tempos passados os privilegiados eram aqueles pertencentes às classes dominantes. Porém atualmente, a classe mais humilde possui os mesmos direitos, que a elite, diferenciando-se apenas pelas posses e bens que possuem.

Dessa forma notavelmente percebe-se que a sociedade se modernizou, contudo as indiferenças e discriminações permanecem as mesmas como a séculos passados. A mudança que vemos na modernização de nossa sociedade, enquadra-se única e exclusivamente, nas grandes descobertas tecnológicas, que indiretamente contribuíram a essa modernização.

Sabe-se que a educação especial é trabalhada há anos, porém não tem sido para todos, considerando que no Brasil a educação básica ainda não foi universalizada. Historicamente o que se pode constatar pelos escritos de vários autores é que o processo educacional para os deficientes intelectuais é uma conquista muito recente.

Os direitos das pessoas deficientes são exatamente os mesmos dos demais cidadãos. Ocorre que, no entanto, para os deficientes exercerem muitos desses direitos torna-se indispensável à adoção de medidas especiais.

O professor ao exercer a função de ensinar a aprender e aprender a ensinar, deve compreender que ele é fundamental para a formação de pessoas felizes, éticas, seguras e capazes de um bom relacionamento, mesmo sendo deficiente.

Características que demonstram afetividade professor aluno, saber ouvir, valorizar, acreditar, amar tornam o processo ensino aprendizagem prazeroso e amigável, e a inclusão (na

escola, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde etc.) significa que a pessoa deficiente deve integrar-se à sociedade sim, mas também a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, ano CXXXIV, n. 248, 23/12/1996, p. /27833-27481.

BRASIL. CF. Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

FERREIRA, M. E. C.; e GUIMARÃES, M. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2013.

FRANÇA, J. S. Educação em uma perspectiva inclusiva na Escola Estadual Senador Adalberto Sena. Revista Communitas v. 5, n. 9 (Jan-Mar./2021) Políticas públicas e igualdade de gênero: estratégias de resistência. Disponível em: file:///C:/Users/gmart/Downloads/4488-Texto%20do%20artigo-14365-1-10-20210402.pdf. Acesso em 26 jul. 2024.

JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T. Como reducir La violência en las escuelas. Buenos Aires: Paidós, 2004.

LIMA, R. M. Práticas pedagógicas e emancipação: os (des) caminhos da cidadania na sociedade brasileira. Perspect. Cienc. Inf. Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p.157-73, jul./dez., 1997.

MANTOAN. M. T. É. Inclusão escolar: caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. In: Ensaios pedagógicos. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. Brasília: MEC/SEE, 2006.

MANTOAN. M. T. A Educação especial no Brasil: da exclusão a inclusão escolar. 2011. Published by Pedagogia ao Pé da Letra in Educação, Educação Especial. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf. Acesso em 26 jul. 2024.

MARQUES, J. D. Um olhar sobre o currículo inclusivo para além dos aspectos burocráticos. Revista Educação Pública, v. 20, n. 21, 9 de junho de 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/21/um-olhar-sobre-o-curriculo-inclusivo-para-alem-dos-aspectos-burocraticos. Acesso em: 26 de jul. 2024.

MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MORENO, M. et al. Falemos de sentimentos: a afetividade como um tema transversal na escola. São Paulo: Moderna, 2003.

MORIN, E. Os sete saberes necessários a educação do futuro. Trad. Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

ROSS, P. R. Conhecimento e aprendizado cooperativo na inclusão. In: Educar em revista. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n. 23, 2004. p. 203-224.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SCOTTI, A. R. Adaptação curricular na inclusão. Integração. Ano 9, n. 21, p. 19-20, 1999.

UNESCO. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994.